

JUSTIFICAÇÃO

As sucessivas mortes de crianças indígenas por desnutrição nos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul mobilizaram esta Casa Legislativa Federal em torno da apuração das responsabilidades dos agentes públicos envolvidos e da identificação de possíveis ações que interrompam a seqüência fatal.

Criou-se então a Comissão Externa “destinada a averiguar *in loco* a morte de crianças indígenas por desnutrição no Mato Grosso e no Mato Grosso do Sul”, onde, dentre diversos problemas enfrentados pelas comunidades indígenas apurados e com as várias oitivas e visitas a algumas reservas, ficou patente a urgente necessidade de ações governamentais no sentido de prover aquelas comunidades com habitação digna, pois hoje, centenas de famílias vivem em condições extremamente precárias: barracos de palha e lona.

Essa realidade parece estar muito distante dos gabinetes acarpetados e resfriados das autoridades públicas. Segundo o Coordenador da Fundação Nacional de Saúde – FUNASA em Mato Grosso do Sul, Gaspar Hickman, existe uma parceria com a agência de habitação do Governo do Estado para a construção de trezentas casas em área indígena.

De sua parte o Prefeito Municipal de Dourados cita um certo programa de habitação e saneamento indígena que tem por meta a “construção de mil casas, das quais 600 estão garantidas mediante parceria entre o Governo do Estado, o Governo Federal e a Prefeitura Municipal, que está entrando com R\$400 mil. Destas, 200 já estão iniciadas”.

Já o Secretário de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, José Giacomo Baccarin vai bem mais longe, pois, assevera que mil casas estão garantidas com recursos do Ministério das Cidades. O Sr. Baccarin afirmou categoricamente em audiência pública no Senado Federal que viu “pessoalmente essas casas sendo construídas na aldeia guarani-caiuá, para 2.300 famílias”.

A história se repete no Mato Grosso.

É impressionante o desencontro das informações. A retórica expõe inverdades. Fato é que as condições habitacionais na Reserva Indígena de Dourados ferem a dignidade humana. Fato é que na atualidade somente 50 casas estão em construção nas Aldeias Jaguapirú e Bororó. Fato é que, na Comissão Externa desta Casa de Leis, não o que, ou porque, se ocultar ou maquiar a verdade.

Quer nos parecer que existem dois mundos: um utópico e um real. No utópico tudo é perfeito, o Governo tem agido com presteza e a habitação é uma questão praticamente resolvida. Já no mundo real, crianças indígenas morrem por desnutrição agravada pela falta de saneamento básico adequado e abastecimento de água efetivo, supríveis com moradias que propiciem condições apropriadas para se viver condignamente.

Cumpre ao Ministério das Cidades revelar-nos as verdades.

A sustentabilidade indígena passa necessariamente pela implementação de políticas governamentais de caráter continuado e integrado, voltadas para a solução do conjunto dos problemas que atingem as populações indígenas, e o seu direito a moradia não se questiona.

Logo, solicito a Vossa Excelência informações a respeito de como esse órgão vem atuando - a gestão da receita e do gasto público com construção de moradias - e quais foram e estão sendo as medidas tomadas, visando a combater a carência habitacional em que, hoje, vivem centenas de famílias indígenas.

Sala das Sessões em de abril de 2005.

DEPUTADO GERALDO RESENDE

PPS/MS